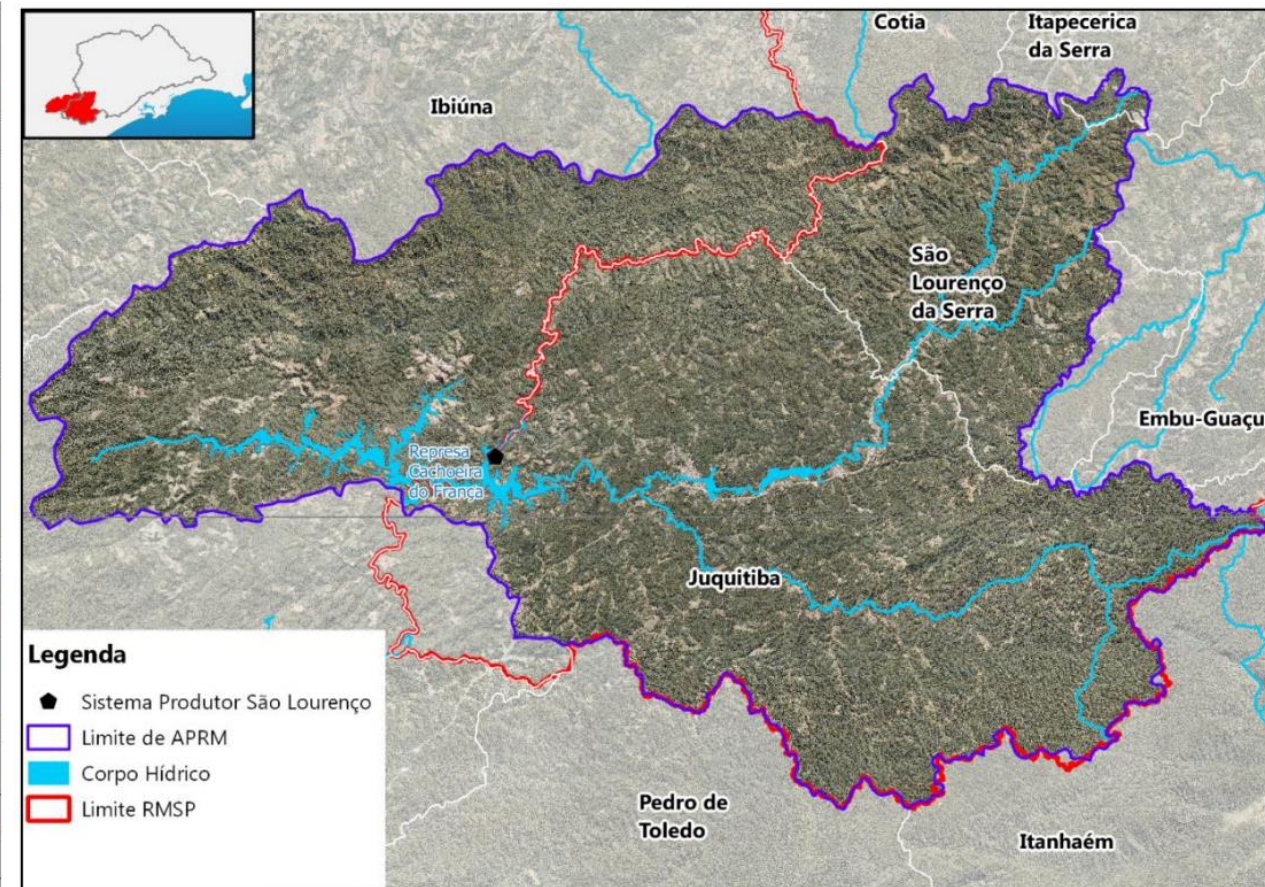
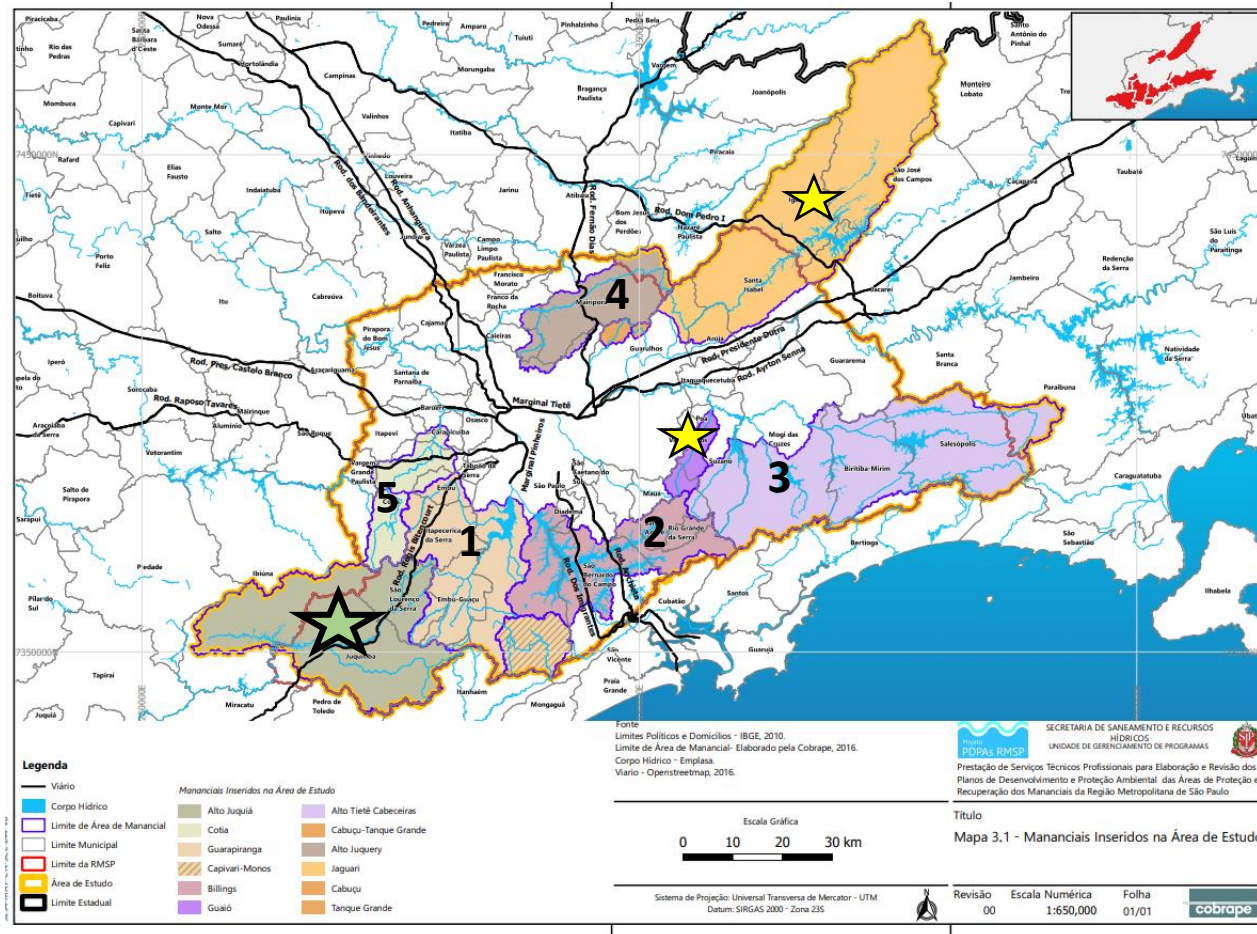




## **Comissão Temática de Políticas Públicas CTPP**

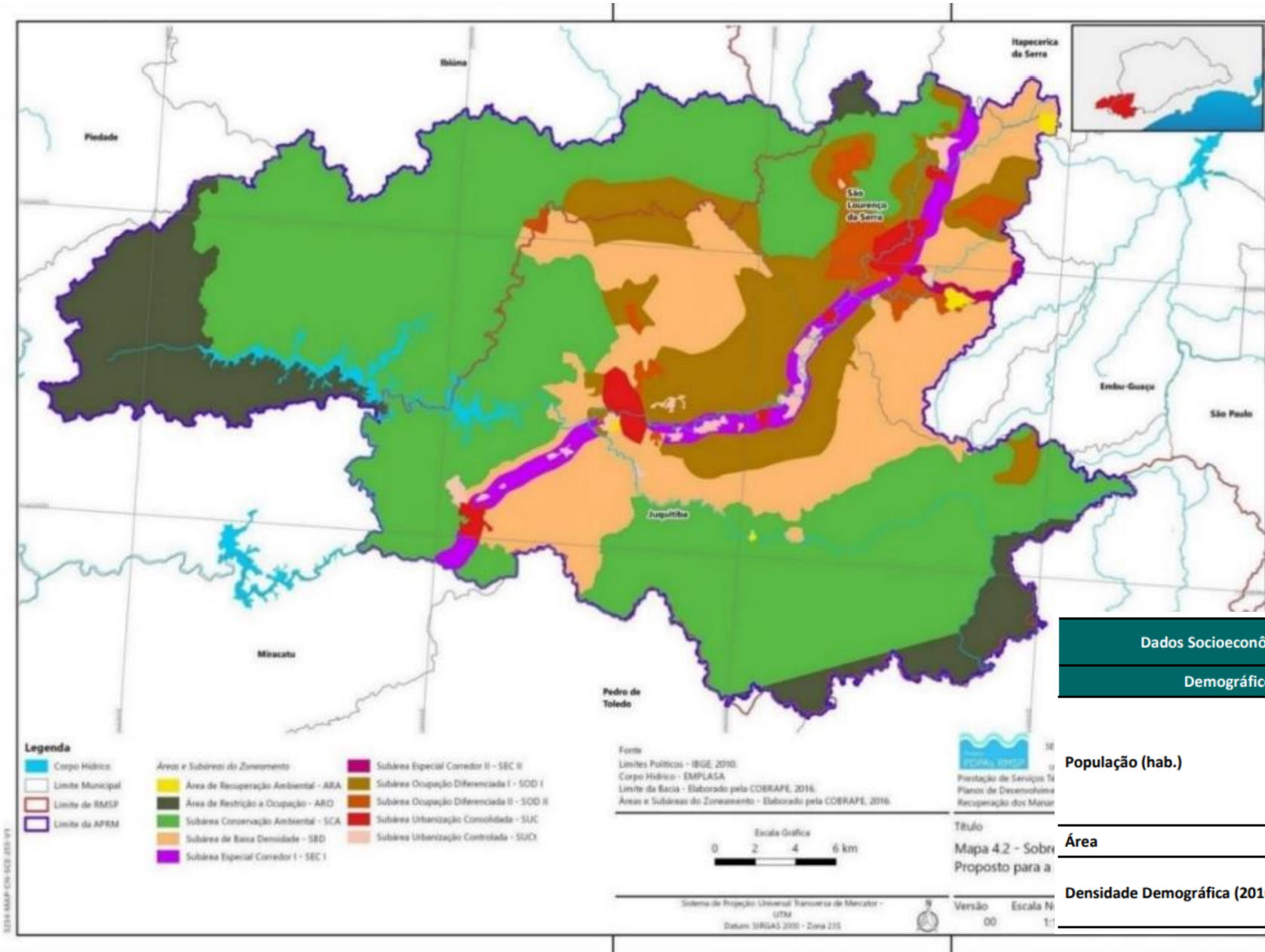
398ª Reunião Ordinária

24 de março de 2021



*“A área, do ponto de vista do abastecimento de água metropolitano, tem caráter estratégico, pois compõem o novo Sistema Produtor São Lourenço com **transposição de 6,4 m³/s**, a partir do Reservatório Cachoeira do Franca, para a Estação de Tratamento de Água - ETA Vargem Grande, com distribuição da água para abastecimento dos municípios da região oeste da metrópole”*

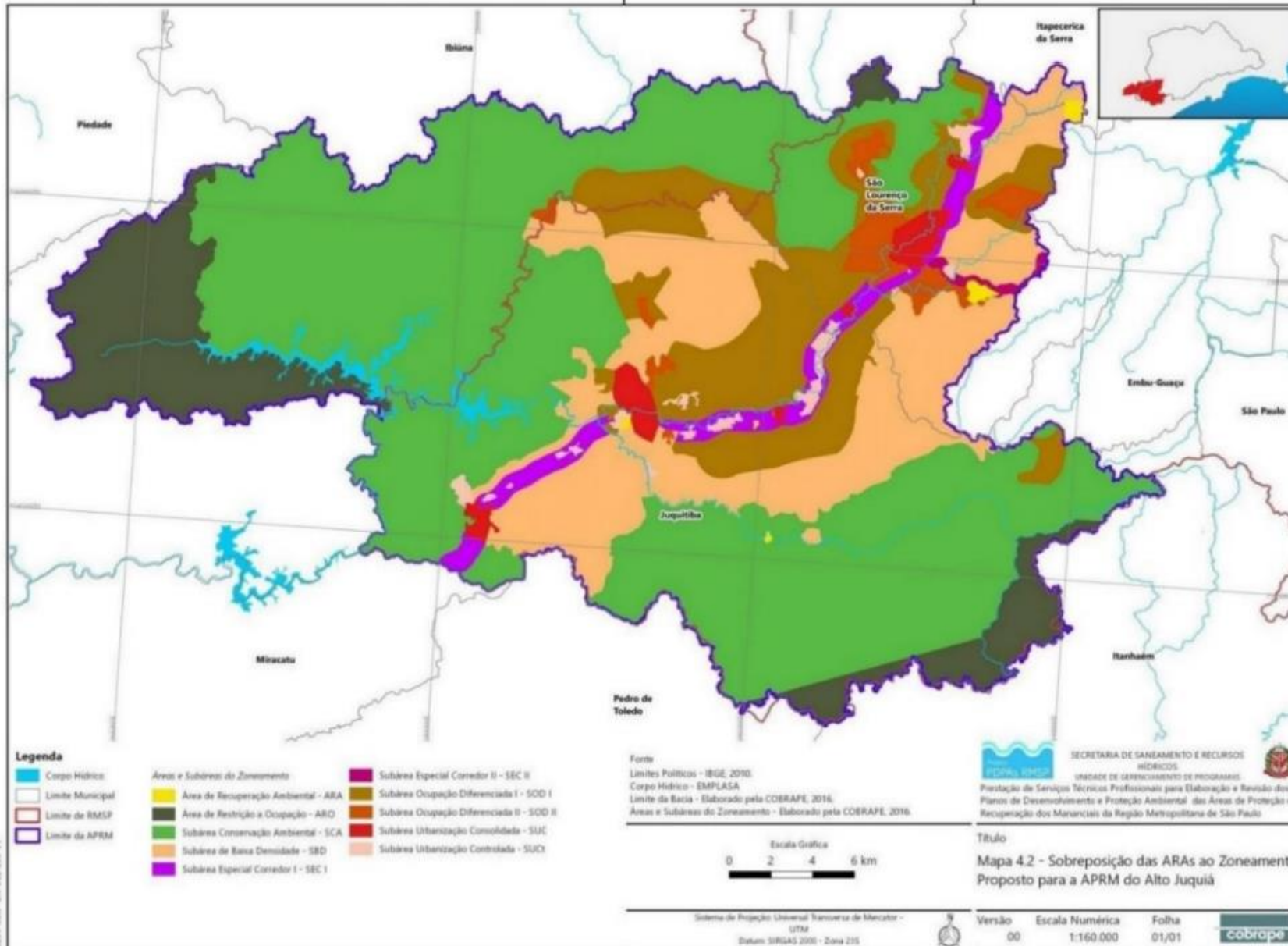




A Bacia do Alto Juquiá está situada na parte oeste/sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) compreende quatro municípios:

- 1. Juquitiba ●
- 2. São Lourenço da Serra ●
- 3. Itapequerica da Serra
- 4. Ibiúna.

Dados Socioeconômicos e		Ibiúna	Juquitiba	São Lourenço da Serra	Itapequerica da Serra	Bacia do Alto Juquiá
Demográficos						
População (hab.)	2010 (IBGE)	1.234,00	27.343,00	13.615,00	212,00	42.404,00
	Projeção (2015)	1.166,00	28.253,00	14.431,00	183,00	44.033,00
	Projeção (2035)	1.163,00	31.477,00	17.025,00	173,00	49.838,00
Área	km²	310,50	479,80	153,40	4,80	948,50
Densidade Demográfica (2010)	(hab./km²)	4,00	57,00	88,80	44,20	44,71



## Regularização Fundiária:

- ✓ Lei federal nº 13.465/2017
- ✓ Resolução SIMA nº 050/2020

Deliberação CONSEMA nº 16/2020

# **Comissão Temática de Políticas Públicas CTPP**

O anteprojeto de lei visa adequar questões de descompasso entre a lei da década de 70 e a situação existente, em especial, buscar novas formas de desenvolvimento socioeconômico associado à função ambiental regional da APRM-AJ-SL.

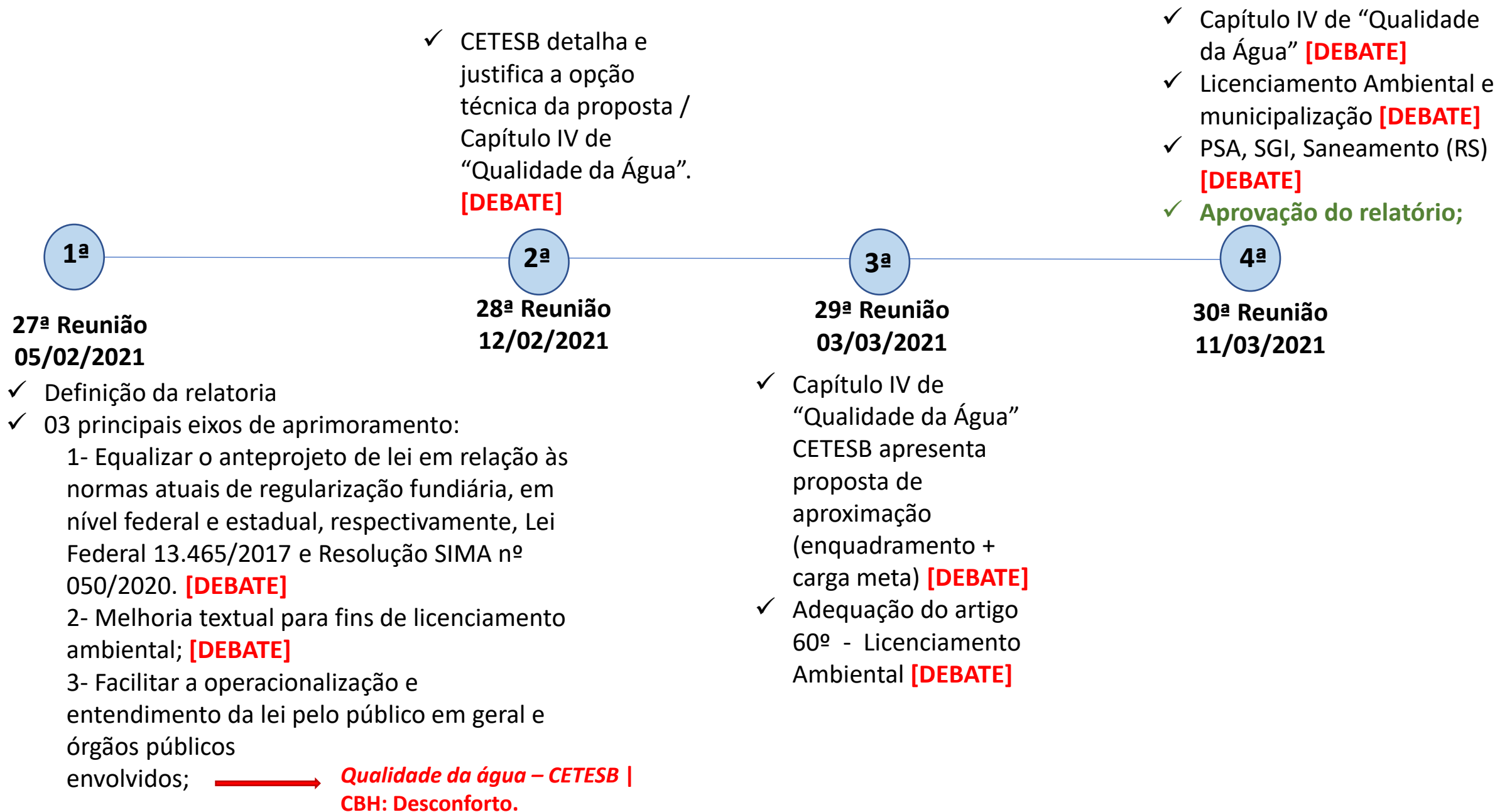
O processo de análise do anteprojeto de lei, antes de chegar ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), seguiu o rito comum das demais APRMs, a saber:

- ✓ Grupo de Trabalho de elaboração da minuta de lei específica da APRM AJ-SL criado junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape;
  - ✓ Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, ouvido o Conselho de Orientação dos Recursos Hídricos – CORHI
- 
- Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo
  - Apreciação e aprovação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

## COMISSÃO TEMÁTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CTPP

<b>27ª REUNIÃO CTPP</b> DIA 05/02/2021 das 9h às 17h	<b>28ª REUNIÃO CTPP</b> DIA 12/02/2021 das 9h às 17h
✓ <b>09</b> MEMBROS INTEGRANTES DA CTPP E CONSEMA ✓ <b>23</b> CONVIDADOS	✓ <b>10</b> MEMBROS INTEGRANTES DA CTPP E CONSEMA ✓ <b>27</b> CONVIDADOS
<b>29ª REUNIÃO CTPP</b> DIA 03/03/2021 das 9h às 17h	<b>30ª REUNIÃO CTPP</b> DIA 11/03/2021 das 9h às 13h
✓ <b>10</b> MEMBROS INTEGRANTES DA CTPP E CONSEMA ✓ <b>20</b> CONVIDADOS	✓ <b>11</b> MEMBROS INTEGRANTES DA CTPP E CONSEMA ✓ <b>20</b> CONVIDADOS

## COMISSÃO TEMÁTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CTPP





## Regularização Fundiária:

- ✓ Proposta para que o anteprojeto de lei incorpore os critérios da lei federal, Lei nº 13.465/2017 e a aplicação da Res. SIMA nº 050/2020, tendo a definição de data de **pré-existência compatibilizada com a lei federal, ou seja, casos de núcleos urbanos precários preexistentes ao ano de 2016**. [Exclusivamente pelo Município]
- ✓ Nos casos enquadrados como de **interesse social**, consolidados entre **o período não abrangido pela Lei Federal**, ou seja, entre ano de 2016 até a data de fevereiro de 2021, os artigos incorporam a **aplicação dos critérios dos Programas de Recuperação de Interesse Social - PRIS e a Res. SMA nº 021/2017**. [Município + Estado]
- ✓ E, por fim, **após fevereiro de 2021, aos demais casos** de regularização serão aplicados os **instrumentos de compensação e adaptação** às normas estabelecidas pelo anteprojeto de lei da APRM AJ SL



### Anexo I do relatório:

Artigo 5º (Definições e Instrumentos) /  
 Artigos 40º, 41º, 42º, 43º, (inserção  
 44º), 45º, 46º (Das Áreas de  
 Intervenção) / Artigo 75º (Do  
 Licenciamento, Regularização,  
 Compensação e Fiscalização)

## Qualidade da Água:

- ✓ a redação apresentada pela CETESB ao capítulo de qualidade da água da minuta **visa incorporar os instrumentos de planejamento e gestão das APRMs**, que tratam do tema pela política de proteção e recuperação aos mananciais **com a definição de carga meta admissível**, aos da política de recursos hídricos, por meio da **incorporação de monitoramento da qualidade da água baseado no enquadramento dos corpos d'água** e definido pelo decreto estadual 10.755/77.
- ✓ **Meta de Qualidade da Água** para o Reservatório da Usina Hidrelétrica Cachoeira do França e seus afluentes, até o ano de 2035, **o limite máximo de 75,3 kg/dia** (setenta e cinco inteiros e três décimos de quilograma por dia) **de fósforo total de carga afluente, desde que atendidos os padrões de qualidade de água** para os parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio, Oxigênio Dissolvido, Fósforo Total e, notadamente para o reservatório, o padrão Clorofila-a
- ✓ Meta de Qualidade da Água: meta de melhoria da qualidade da água dos mananciais da APRM-AJ/SL a ser alcançada e **mantida**, visando, prioritariamente, o abastecimento público;
  - Proposta de atendimento aos padrões de qualidade da água, podendo admitir porcentagens de desconformidade.
  - Meta compatível com a Lei 9866/1997 e PDPA.
  - Monitoramento simplificado, facilitando o acompanhamento das medidas de gestão na APRM.
  - MQUAL continuará como ferramenta para identificar áreas críticas na geração de carga poluidora

### Lei Estadual Nº 12.233 / 2006 - APRM

#### Guarapiranga

I - Meta de Qualidade da Água do Reservatório Guarapiranga: *objetivo a ser alcançado, progressivamente, de melhoria da qualidade da água* do manancial, visando ao abastecimento público;

II - Carga Meta Total: *carga poluidora máxima* afluente ao reservatório, estimada pelo Modelo de Correlação entre Uso do Solo e Qualidade da Água - MQUAL, *fixada como meta a ser alcançada para garantir a qualidade da água*;

## Licenciamento:

- ✓ Definição mais clara das atividades licenciadas pelo Estado, pelos Municípios e o que deve ser objeto de Decreto regulamentador;
  - Repasse mediante compatibilização (Res. SMA 142/2018) e Normativa CONSEMA
- ✓ Aprimorada a lista de atividades do Anexo III objeto de licenciamento ambiental, excluindo aquelas que não demandam procedimento de licenciamento, segundo a política de proteção e recuperação dos mananciais
- ✓ Ibiúna: Não era APM, passa a ser APRM; Absorver as regularidades de acordo com as regras que eram vigentes e licenciadas;

## Considerações Finais:

1. O anteprojeto de lei foi analisado, conforme solicitado pela plenária do CONSEMA.
2. As questões de regularização fundiária, que motivaram a análise foram debatidas, trazendo propostas de melhorias ao anteprojeto de lei.
3. Para maior efetividade das políticas públicas de proteção e recuperação dos mananciais e de recursos hídricos, o capítulo do anteprojeto de lei da qualidade das águas da APRM-AJ-SL foi aprimorado ofertando novos componentes para melhor operacionalização do monitoramento da qualidade da água utilizada para abastecimento público;
4. Questões para facilitação da lei também foram observadas e motivaram propostas de alteração, nos campos de sistemas de saneamento, licenciamento ambiental e compatibilização das leis municipais;
5. Membros do CBH-RB participaram das quatro reuniões e **registraram desconforto com a proposta de nova redação do Artigo 7º**, tendo em vista que altera o texto oriundo dos debates ocorridos no CBH; A relatoria esclareceu que respeita o desconforto, porém que a recomendação de alteração tem base técnica e é parte da atribuição da Comissão e próprio do processo de apreciação do anteprojeto que deve persistir até que o anteprojeto seja sancionado como Lei.
6. Diante do exposto, a Comissão Temática de Políticas Públicas **manifesta-se favoravelmente à aprovação do Relatório** que traz as propostas de alterações advindas dos debates da CTPP, à minuta de anteprojeto de lei que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Alto Juquiá/São Lourenço propondo encaminhamento à Plenária do CONSEMA para a manifestação final.